

Parecer nº 177/99

Data: 1999.11.03

Processo nº 696

Requerente: Manuel da Conceição Marques.

Requerido: Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo - Évora.

1. Manuel da Conceição Marques, invocando “o artigo 16º da Lei nº 94/99, de 16 de Julho” (queria certamente invocar o artigo 16º da Lei nº 65/93, na redacção da Lei nº 94/99, de 16 de Julho), dirigiu queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), recebida em 99.08.25, em documento só apresentado ao Relator em 99.10.06, por necessidade, entretanto observada, de junção de outros elementos solicitados quer ao queixoso quer às entidades envolvidas.
2. Versa a queixa situações de índole diversa, cuja apreciação não cabe no âmbito de competências da CADA, que nos abstermos de referenciar, devendo esta Comissão pronunciar-se exclusivamente sobre matéria de acesso prevista na Lei do Acesso aos Documentos Administrativos - LADA, em virtude do preceito legal invocado.
3. No respeitante à pretensão de acesso, existe no processo documentação que refere:
 - a) Pedido em 14.04.94, de informação ao Hospital Distrital de Évora (agora Hospital do Espírito Santo) sobre “...os critérios em que se fundamentou a deliberação ...”, em acta de 25.03.94, em que o conselho de Administração tomou a decisão de nomear a “... Dr.ª Maria Teresa Gomes Cardoso responsável pela valência de Pneumologia do Hospital Distrital de Évora...”;
 - b) Reiteração do pedido, em 10.05.99, pela forma de certidão.
4. Na falta de resposta adequada, o queixoso dirigiu, em 01.06.99, exposição ao Director-Geral de Saúde em que perante um pretenso interesse legítimo, punha em causa o procedimento do concurso e nomeação da médica citada, insistindo no

pedido da certidão já citada e que lhe fosse dado "...a conhecer o curriculum elaborado e, bem assim, as actas em que assentaram as deliberações do júri..."

5. A exposição citada em 4 foi remetida, pela Direcção-Geral de Saúde, ao Hospital do Espírito Santo (ofício nº 11827, de 20.07.99) em virtude de a mesma se ter considerado incompetente para decidir quanto a todo o reclamado e pedidos formulados e ser o Hospital a entidade adequada.
6. Por sua vez, o Hospital em causa (ofício nº 14483 de 99.09.06), fundamentando-se na declarada incompetência e devolução do requerimento/exposição pela Direcção-Geral de Saúde, alheando-se do assunto, procedeu igualmente à devolução do documento ao queixoso.
7. Por insistências deste à Direcção-Geral de Saúde, esta fez produzir parecer acerca da matéria objecto de reclamações e pedidos, o qual viria a merecer Despacho de indeferimento, perante as justificações aí contidas e razões antes aduzidas, nomeadamente no facto do queixoso nem sequer ter sido opositor em concurso.

O parecer em causa (e respectivo Despacho) foi comunicado (cf. 13287, de 26.07.99) por aquela Direcção-Geral de Saúde tanto ao queixoso como ao Hospital do Espírito Santo.

8. Assim sendo e porque da leitura do parecer antes referido se apercebe, igualmente, que um eventual acesso a documentos dependerá exclusivamente de decisão do Hospital de Évora, entende-se que, apesar de o queixoso se referir na sua queixa ao Director-Geral de Saúde, a entidade requerida terá de ser, sem dúvida, aquele Hospital, justificando-se a reclamação pelo disposto no artigo 16º da LADA, na sua versão actualizada, pela ausência de decisão sobre o pedido, no que interessa, quanto ao acesso.
9. Referidas estas circunstâncias, importa esclarecer que, quanto à queixa formulada, por força das competências descritas no artigo 20º da LADA e artigo 2º do seu Regulamento Interno, à CADA cabe apenas pronunciar-se sobre matéria abrangida pela mesma Lei, neste caso a viabilidade do acesso e em que condições, não lhe competindo qualquer outra análise sobre reclamações fora daquele âmbito ou

sobre revogação de qualquer decisão da Direcção-Geral de Saúde ou de outrem, a que alude, nomeadamente, o ponto 17 da queixa.

10. Assim, tendo de considerar-se o queixoso como qualquer outro cidadão (atente-se no parecer citado em 7, incluso no processo) com interesse em aceder a documentos administrativos, observa-se que os documentos pretendidos pelo requerente, ou seja, certidão citada em b) do ponto 3, *curriculum vitae* e actas em que assentaram as deliberações do júri (ponto 4), se relacionam com processo concluído, enquadrando-se todos na qualidade de documentos administrativos, no âmbito do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 4º da LADA, e nenhum deles tendo a natureza de documento nominativo, na acepção das alíneas b) e c) do nº 1 do mesmo artigo 4º.

Termos em que se conclui que o queixoso Manuel da Conceição Marques tem direito a obter certidão que esclareça dos fundamentos da deliberação do Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo, quanto à nomeação da médica citada para responsável pela valência de Pneumologia, daquele Hospital, bem como acesso ao *curriculum vitae* dessa médica e à acta ou “actas em que assentaram as deliberações do júri...,” nos termos do disposto no nº 1 do artigo 7º, por uma das formas adequadas do artigo 12º, ambos da LADA, assim o deliberando a Comissão, nos termos das suas competências já expressas.

Comunique-se ao queixoso e ao Hospital do Espírito Santo de Évora.

Lisboa, 3 de Novembro de 1999.

Francisco de Brito (Relator) – *José Magalhães* – *Vasco Almeida* – *João Figueiredo* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)